



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE DE JARDIM – MS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

**KAROENE ARECO SOARES**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA GABRIEL  
LAUREANO NO MUNICÍPIO DE NIOAQUE – MS**

JARDIM/MS NOVEMBRO 2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE DE JARDIM – MS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

**KAROENE ARECO SOARES**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA GABRIEL  
LAUREANO NO MUNICÍPIO DE NIOAQUE – MS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado à coordenação do Curso de Geografia  
da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,  
como requisito para obtenção do grau de  
licenciatura em Geografia, sob a orientação da  
Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

JARDIM/MS NOVEMBRO 2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

SOARES, Karoene Areco.

**O Ensino de Geografia na Escola Municipal Indígena Gabriel Laureano no Município de Nioaque-MS/Karoene Areco Soares.** Jardim: UEMS, 2019.

Jardim-MS UEMS, 2019, 31 p.

### Bibliografia

Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em Geografia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

1. Indígena. 2. Ensino de Geografia 3. Interculturalidade

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia (s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apenas para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Jardim-MS

---

Karoene Areco Soares

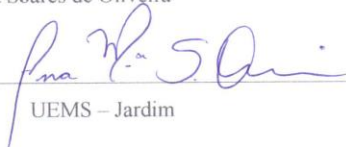
## TERMO DE APROVAÇÃO

Karoene Areco Soares

### O ensino de geografia na Escola Indígena Gabriel Laureano no município de Nioaque-MS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

  
\_\_\_\_\_  
UEMS – Jardim

Examinador 1: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Francieli de Oliveira Meira

  
\_\_\_\_\_  
SEED/MS

Examinador 2: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Gezeli Eberhard

  
\_\_\_\_\_  
UEMS - Jardim

Jardim, 26 de Novembro de 2019

## **DEDICATÓRIA**

A toda minha família, aos meus professores e mestres e a todas as pessoas que  
contribuíram para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus da vida, da razão e do saber, que me sustentou em todos os momentos, confirmando minha esperança e motivação.

Aos meus familiares, em especial minha mãe Mariley, minhas irmãs Karen e Luany e ao meu padrasto Renato, aos meus amigos e colegas que com sua ajuda me sustentaram, dando forças para superar todos os desafios.

Aos meus professores e mestres, que com o seu exemplo, ensinamento e conhecimento me oportunizaram construir sólidos saberes e compreender o universo do conhecimento.

À professora Ana Maria Soares de Oliveira, que não mediu esforços para orientar, coordenar, acompanhar e motivar nessa desafiante missão de construir o TCC.

## **RESUMO**

Ao realizar este estudo sobre o ensino da geografia, objetivou-se dar enfoque a investigação e a análise do ensino da geografia na escola Municipal Indígena Gabriel Laureano, localizada na Aldeia Água Branca no município de Nioaque/MS. Este estudo também tem o propósito de fomentar uma reflexão: se o ensino da geografia valoriza o resgate da cultura, da religião e da língua indígena materna local. Nessa perspectiva realizou-se uma pesquisa qualitativa bibliográfica e de coletas de dados, por meio de questionários aplicados aos moradores da comunidade onde está localizada a escola pesquisada, de modo a subsidiar a reflexão a respeito das obras e autores estudados, confrontando com os dados coletados através da pesquisa de campo, apontando assim a realidade do ensino de geografia na escola e como esse ensino contribui com a preservação e o resgate da cultura desse povo indígena. Além disso, o trabalho buscou evidenciar que o ensino da geografia desempenha um papel de grande importância na formação dos estudantes, já que proporciona a aprendizagem permitindo aos alunos uma educação integral e humanizadora. O trabalho ressaltou ainda a importância do profissional que trabalha essa disciplina ser habilitado para tal, já que exige técnica e conhecimento sobre os conteúdos específicos da geografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Geografia; Educação indígena; Resgate da cultura; língua materna Terena.

## **ABSTRACT**

In conducting this study on the teaching of geography, the objective of this study was to focus on the research and analysis of the teaching of geography at the Gabriel Laureano Municipal School, located in The White Water Village in the municipality of Nioaque/MS. This study also aims to foster a reflection: whether the teaching of geography values the rescue of culture, religion and the local indigenous language. From this perspective, a qualitative bibliographic research was carried out and data collections, through questionnaires applied to the residents of the community where the school researched is located, in order to support the reflection on the works and authors studied, confronting the data collected through field research, thus pointing out the reality of geography teaching in school and how this teaching contributes to the preservation and rescue of the culture of this indigenous people. In addition, the work sought to show that the teaching of geography plays a major role in the training of students, since it provides learning allowing students an integral and humanizing education. The work also emphasized the importance of the professional who works this discipline be qualified for this, since it requires technique and knowledge about the specific contents of geography.

**KEYWORDS:** Geography Teaching; Indigenous education; Culture rescue; indigenous mother tongue.



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 09 |
| CAPÍTULO I: Discussão teórica.....   | 10 |
| 1.1. Uma breve reflexão teórica sobre os conceitos de interculturalidade, identidade cultural e território.....                                | 12 |
| 1.1.1 A Interculturalidade.....  | 12 |
| 1.1.2. A Identidade Cultural.....  | 14 |
| 1.1.3. O conceito de território e sua importância na perspectiva dos povos indígenas...  | 15 |
| 1.2. O Ensino de Geografia na Formação Indígena.....   | 16 |
| CAPÍTULO II: Considerações a cerca do processo histórico, social e cultural das aldeias de Nioaque/MS.....                                     | 20 |
| 2.1 Territórios Indígena Nioaque: povo terena e Kinikinau (formas de sobrevivência, número de famílias, geração de emprego e renda).....       | 20 |
| 2.2 Caracterização do recorte territorial – Aldeia Água Branca.....  | 22 |
| 2.3 Histórico da Escola Gabriel Laureano.....  | 23 |
| 2.3.1. A Educação indígena na Escola Gabriel Laureano e sua interculturalidade.....  | 26 |
| 2.4. Educação escolar: diálogo e desafios.....   | 27 |
| 2.5. Educação escolar indígena: perspectivas e novas tecnologias.....  | 28 |
| 2.6.A educação intercultural e a valorização da cultura dos povos indígenas de Nioaque:.....   | 31 |
| CAPÍTULO III: Analisando as informações obtidas por meio da pesquisa de campo: O ensino de geografia na Escola Municipal Gabriel Laureano..... | 30 |
| 3.1. Uma Breve Análise Acerca da Percepção dos Estudantes Indígenas Sobre o Ensino de Geografia.....   | 31 |
| 3.2. O Ensino de Geografia na Escola Municipal Gabriel Laureano sob a Percepção da Comunidade. ....  | 33 |
| 3.3. Reflexão sobre as competências curriculares.....  | 35 |
| 3.4. Conexões culturais, práticas e habilidades em sala de aula.....   | 36 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 38 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....  | 40 |
| ANEXOS.....  | 42 |

## INTRODUÇÃO

Pensar o ensino da geografia em um contexto indígena é no mínimo, ressaltar a essência de um saber que denota a importância do conhecimento associado entre o cognitivo do estudante e a relevância do cenário histórico e social da cultura indígena.

As aldeias possuem cada uma sua organização política, formada por lideranças locais que se reúnem para tomar decisões a respeito dos interesses e objetivos da comunidade.

A Terra Indígena de Nioaque possui duas escolas: a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Angelina Vicente, localizada na aldeia Brejão e a Escola Municipal Indígena 31 de Março, que possui três extensões, sendo a Gabriel Laureano uma destas.

A pesquisa realizada na Escola Municipal Gabriel Laureano, localizada na Aldeia Água Branca no município de Nioaque/MS.

Culmina-se, portanto, como objetivo desta pesquisa a investigação e a análise do ensino da geografia e a existência da interculturalidade na escola a ser estudada.

Nessa perspectiva tem-se o propósito de fomentar a reflexão acerca do ensino de geografia na referida escola e como este valoriza o resgate da cultura, da religião e da língua indígena materna local, além de proporcionar o aprendizado por meio de possíveis estratégias didático-pedagógicas, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem escolar.

A pesquisa foi estruturada em capítulos, objetivando melhor contextualização e discussão temática. Assim, o primeiro capítulo propicia a discussão teórica, enfatizando os conceitos de interculturalidade, de identidade cultural e de território, como também o ensino da geografia na educação indígena.

O segundo capítulo caracteriza a área de estudo e aborda o processo histórico e cultural das aldeias de Nioaque/MS, e de modo particular da Aldeia Água Branca, na qual se situa a escola Gabriel Laureano em uma discussão com o ensino da geografia no contexto indígena, sua valorização e resgate cultural.

O capítulo terceiro enfoca o ensino de geografia na escola objeto de estudo, analisando as informações coletadas por meio de entrevistas.

## CAPÍTULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA

Assim como garante a constituição Federal de 1988, os indígenas têm o direito a uma educação específica, pois a realidade cultural destes povos não se iguala. Tal constituição assegurou a eles o reconhecimento de sua identidade e a manutenção desta. A educação indígena é diferenciada, a qual é elaborada pelos próprios indígenas e reelaborada pelo governo junto aos povos, com o intuito de entender as comunidades tradicionais, atendendo as concepções de realidade de/do mundo.

Nesta concepção, Meira ressalta que:

A Educação Escolar Indígena é o conjunto de processos de produção e transmissão dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola diferenciada, adequada às comunidades indígenas. Esse direito conquistado, de uma escolarização diferenciada, deu-se através de muita luta, pois foi necessário um longo processo histórico para que as populações indígenas conquistassem a educação escolar, que por muito tempo foi usada como instrumento de assimilação forçada e desintegração dos valores culturais tornando-se uma aliada na busca de interesses e no fortalecimento das comunidades. (MEIRA, 2016, p.18)

O modelo de escola diferenciada estabelece discursos em prol de uma homogeneização dos povos indígenas, onde se valoriza a presença da comunidade e da família. A escola então é definida como intercultural que permite a integração dos saberes indígenas e universal.

Segundo Nascimento, Quadros e Fialho (2016, p.188-189), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB (Lei 9394/96), em consonância com a Constituição Federal de 1988, apontam que a educação perpassa pela interculturalidade, uma vez que coloca em diálogo todas as culturas, discutindo sobre suas características específicas. Assim a Lei demarca a interculturalidade para além da perspectiva teórico conceitual, colocando-a no patamar de uma Política de Estado. Em seu artigo 78, estabelece que o sistema de ensino nacional, em colaboração com as agências federais de fomento à cultura e assistência aos povos indígenas, devem desenvolver programas de ensino e pesquisa, voltados para uma Educação Escolar Bilíngue e Intercultural, que possibilite aos povos indígenas o resgate histórico de suas memórias; a reafirmação das identidades étnicas, culturais e linguísticas, bem como o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos de outras sociedades, indígenas ou não.

Para o índio a educação é o prolongamento da família, como menciona Meira (2016) no texto a seguir.

Podemos, em síntese, definir que a educação indígena, como aponta Cruz (2009), tem como pressuposto fundamental o convívio familiar. Para os povos indígenas a família tem uma função muito importante na educação das crianças, especialmente através da figura materna e dos laços afetivos que são bem próximos. As ações das crianças indígenas estão vinculadas às relações culturais estabelecidas em sua aldeia, pois uma das características significativas da experiência educativa indígena está na interação entre pessoa que aprende e a que ensina. Nesse sentido, podemos assegurar que para a realização da Educação Indígena, não existe uma instituição responsável, esse dever é da família e a comunidade de uma forma geral, sendo a oralidade fundamental para que os conhecimentos culturais sejam repassados (MEIRA, 2016, p. 17).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas indígenas – RCNEI, o ensino indígena deve ser intercultural e a escola deve ser conduzida pela comunidade indígena, de acordo com sua cultura e princípios.

A escola indígena deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística, promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política (RCNEI, 1998, p.24 apud, MEIRA, 2016, p.6)

Todavia, Meira (2016) destaca que o RCNEI, não define claramente o que vem a ser interculturalidade e educação intercultural, além de não explicitar como esta deve ser implantada nas comunidades indígenas. Apenas diz que a escola indígena, bem como a educação escolar indígena diferenciada, pode proporcionar inúmeras contribuições para o processo de formação e busca da autodeterminação dessas comunidades. Nessa perspectiva, destaca-se que essa pesquisa buscou elementos interculturais relevantes para compreender a história e a cultura dos povos indígenas no município de Nioaque, especificamente na Aldeia Água Branca.

A autora destaca ainda, conforme disposto no RCNEI (1998 p.24), que a escola indígena é parte do Sistema Nacional de Ensino e que, portanto, deve ter uma política pública que se atente e respeite “o patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas”.

Nesse sentido, é possível verificar que a educação indígena tem sua singularidade e está a serviço de uma cultura que precisa ser valorizada e, de certo modo resgatada, principalmente a questão da língua materna, bem como suas tradições como a dança e o culto aos seus ancestrais, que ao longo dos anos vem se perdendo, e a partir disso, construir um saber significativo para o seu povo.

Há que destacar que se faz fundamental compreender que o índio **é** e tem direito de ser diferente dentro de uma sociedade miscigenada e que isso não nega sua identidade, mas ressalta a diferença como um valor étnico e cultural.

Assim, os itens que seguem buscam apontar os conceitos sobre a interculturalidade, a identidade e o território das comunidades indígenas do município de Nioaque.

## **1.1 Uma breve reflexão teórica sobre os conceitos de interculturalidade, identidade cultural e território**

### **1.1.1 A Interculturalidade**

A abordagem desse item se centraliza na conceituação dos termos interculturalidade, identidade cultural e território.

Diante da educação indígena é preciso considerar que as culturas desses povos se tornam relevantes, uma vez que se faz necessário, não apenas contextualizar o tema, como também defini-lo, conceituando em sua dimensão específica.

No caso da educação indígena, a Geografia é uma área que tem como proposta pensar, refletir e discutir esses conceitos, relacionando-os com a prática educativa no cotidiano dos estudantes. Assim, nesse item se propõe conceituar esses termos, permitindo maior compreensão de seu significado e relevância no contexto da educação indígena.

Fleuri (2003) sinaliza que a interculturalidade surge na América Latina através dos anseios das comunidades indígenas que criam perspectivas e estratégias para conquistarem e preservarem seus direitos, frente aos desmandos de governos e sistemas que não lhe conferem direitos e dignidade.

Nesse sentido, a interculturalidade pode ser definida da seguinte forma:

Complexo campo de debate em que enfrentam polissemicamente (constituindo diferentes significados a partir de diferentes contextos teóricos, políticos, sociais e culturais) e polifonicamente (expressando-se através de múltiplos termos e concepções, por vezes ambivalentes e paradoxais). (FLEURI, 2006, p. 15)

A partir dessa definição é possível entender que a interculturalidade transita em diversas áreas de conhecimento dialogando com múltiplas culturas, valorizando expressões sociais, culturais e teóricas que visam a consolidação de um resgate de

valores que perpassa o tempo. É necessário destacar que a interculturalidade é complexa, pois trata de realidades diferenciadas entre indivíduos e grupos sociais que tem características próprias em seu modo de viver, se comportar, pensar e manifestar-se culturalmente.

Por isso, trabalhar a interculturalidade no ambiente escolar é assumir com responsabilidade, respeito e criticidade as diversas manifestações e faces das mais variadas culturas existentes. Pois é assim, que se constrói uma educação significativa e inovadora, como sugere Silva (2016, p. 55).

Em outro texto é possível verificar o papel da interculturalidade na vida dos indígenas.

A interculturalidade passa a fazer parte do discurso e de documentos em prol da educação escolar indígena na passagem da década de 1980 para 1990, momento em que se estabelece o discurso em prol de uma educação escolar diferenciada como um direito para os povos indígenas no Brasil (MEIRA, 2016, p. 35)

O autor Collet (2005) aponta o processo histórico do termo interculturalidade, ressaltando que a Europa vivencia um processo migratório e esse processo consolida em uma multiplicidade de culturas que se entrelaçam, se desconstrói e reconstrói entre si.

Já Marcon (2009) complementa essa ideia dizendo que em meio a processos de culturalização, as culturas assumem aspectos específicos. Nesse sentido, a interculturalidade, toma a dimensão pedagógica e de políticas públicas e diferenciadas.

A partir do que sinaliza Silva (2016, p. 55-56), há três concepções sobre a interculturalidade, sendo que a primeira distinção se baseia na intencionalidade que consiste em que os diferentes grupos sociais estabelecem entre si diálogos e conexões de relações e interacidade.

Assim, é reconhecido como fato histórico, étnico e social todas as expressões e manifestações culturais de diferentes povos e etnias.

A segunda distinção refere-se a metodologia adotada para entender a relação existente entre cultura e prática educacional. As culturas são sempre um objeto de estudo, que precisa ser analisada e contextualizada dentro de um processo histórico. Nessa perspectiva, a educação não reduz ou inferioriza outra cultura, mas dialoga com elas, perfazendo um caminho de reconhecimento, valorização e resgate, a partir da interpretação e compreensão da realidade.

E a terceira distinção enfatiza o papel do indivíduo como o sujeito na relação. Nessa perspectiva a educação serve para promover a interculturalidade entre as pessoas que pertencem a diferentes culturas. O sujeito é aquele promotor que entende e constrói relações interculturais, cultivando e preservando a cultura que é essencialmente criada pelo sujeito.

A partir dessa contextualização de Silva (2016) é possível entender que a interculturalidade é complexa e exige do campo da educação uma postura democrática e crítica, buscando apontá-la como a efêmera da construção humana que perdura no tempo e na história.

### **1.1.2 A Identidade Cultural**

Em relação à identidade cultural é importante ressaltar que toda cultura possui a sua própria identidade. Esta por sua vez vem mesclada à cultura.

De acordo com Meira (2016) o processo de reafirmação da identidade indígena converge-se com o orgulho de ser índio uma vez que este se sente seguro e reconhecido em sua identidade própria podendo tomar posse do ser índio e consolidar-se assim, em um processo que avança e transcende gradativamente.

Nessa perspectiva é possível perceber que as novas gerações indígenas têm um olhar diferenciado do que é ser índio; um olhar capaz de unificar sua identidade e o contexto social do mundo não índio, o que era completamente diferente do olhar antigo que se via a partir da tragédia, do abandono, da marginalização social, política e econômica.

A partir do que retrata a discussão sobre a identidade cultural é possível compreender que o índio contemporâneo se insere, participa, tem poder de decisão e assume sua condição de cidadão ativo dentro da sociedade da qual faz parte. Ele não se limita aos contornos geográficos, mas tem nova concepção de território e espaço e de comprometimento com a construção de uma sociedade mais humanizadora e justa.

É importante ressaltar que a língua antes vista como um empecilho para a comunicação e a expressão do índio, é hoje um fator que tem prioridade nos debates de resgates e valorização. O índio de hoje entende que o idioma é uma questão de identidade, de diferença e de pertença essencial para as etnias indígenas e, por isso a

língua deixou de ser vista como um desafio e um impedimento para se comunicar, passando a ser um meio de identidade e pertencimento ao grupo cultural.

Por outro lado, Gonçalves (2018) reporta seu pensamento à questão da organização social do índio, salientando que este se organiza tanto a nível social, econômico, político e cultural a partir de sua concepção de mundo e de vida, onde a cosmologia adentra diretamente suas vidas, dando ênfase aos ritos, mitos e hábitos.

O autor Luciano (2006, p. 73) pontua em seu texto que a identidade indígena está agora, mais condensada e sistematizada do que antes, pois o índio atualmente tem refletido e determinado estratégias e ações que fomentam sua cultura e assumido o papel e o significado de ser índio dentro da sociedade brasileira. Encontrar-se como povo indígena e povo brasileiro ao mesmo tempo, foi o maior avanço que os povos indígenas tiveram em tempos atuais, pois assim, conseguem tomar posse do ser índio em terras brasileiras e assumem esse chão como seu por direito.

Em outra passagem, o autor fala sobre a autonomia e a autogestão que o índio adquire ao compreender o novo espaço que conquistou por meio do auto reconhecimento de sua identidade.

Desse modo, entende-se que o ensino de geografia na formação indígena, pode oportunizar a discussão e a construção do saber que procede de um saber já construído no ambiente cultural desse povo.

### **1.1.3 O conceito de território e sua importância na perspectiva dos povos indígenas**

O terceiro tema conceituado nesse item é o de território. Entende-se por território um espaço cultural ou geográfico que pertence a determinada cultura ou etnia possuindo características comuns e específicas. Haesbaert (2004) define o termo território dizendo:

[...] Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT, 2004, p. 20).



A partir da definição de território é possível estabelecer relações entre o significado do termo e a vivência das comunidades indígenas, uma vez que esse espaço perpassa a dimensão física, tornando-se simbólico através das manifestações culturais.

O conceito de território também tem uma conotação social, por isso não é possível pensar a territorialidade indígena sem relacionar a questão social e política desses grupos. Entende-se política aqui não como uma instituição ou agentes políticos partidários, mas a relação de poder e de organização existente na comunidade indígena.

Nesse sentido, a territorialidade tem grande relevância no contexto indígena, pois é a demarcação não apenas do seu espaço físico, mas de seu espaço de vivência cultural e de organização social e política. A partir dessa constatação pensa-se sobre a importância do papel da política nos territórios indígenas, pois ela propõe e assegura os objetivos e a efetivação da organização interna e da efetivação de direitos dos índios.

É nesse território que acontece a vida cotidiana dos índios, onde são discutidos todos os desafios, avanços e perspectivas, como também o acontecer da vida dos indígenas e o desdobramento das ações políticas que proporciona o fortalecimento da comunidade indígena em afirmação de sua etnia e de sua cultura.

É interessante ressaltar que o território indígena é algo que os índios constroem constantemente, quando dinamizam o processo de preservação e prática de sua cultura e das tradições deixadas por seus ancestrais.

Nesse sentido, compreende-se como território indígena toda manifestação que se expressa através de diferentes linguagens próprias dos povos indígenas.

## **1.2 O Ensino de Geografia na Formação Indígena**

Neste item discorreremos sobre o ensino de geografia na formação indígena. Antes de falar especificamente sobre o ensino de geografia na formação indígena, cabe salientar, mais uma vez tomando Meira (2016) como referência, que há uma distinção entre Educação Indígena e Educação Escolar Indígena, uma vez que a primeira ocorre no âmbito destas comunidades, no processo de transmissão de conhecimentos e saberes tradicionais desses povos.

Essa disciplina tende a oportunizar a discussão e a construção do saber que procede de um saber já construído no ambiente cultural desse povo, *“esta educação vai*

*além dos conhecimentos escolares e acadêmicos, ensina a ética, o comportamento e o cuidado com a família e os afirma enquanto povo indígena”*. (MEIRA, 2016, p. 16).

As comunidades indígenas, desde os primórdios, possuíam um processo de educação que lhe é própria, valores culturais que são repassados oralmente pelos pais aos filhos. Essa educação é de responsabilidade de toda a comunidade, pois não existia um grupo específico e nem uma instituição responsável pela educação indígena, e os saberes produzidos são repassados através da oralidade comunicando, perpetuando e atualizando a herança cultural de geração para geração (MEIRA, 2016, p. 17).

Enquanto a Educação Escolar Indígena muitas vezes se encontra presa aos aspectos ocidentais, alheia à cultura e às tradições desses povos, ou seja, reproduzindo conhecimentos e valores ocidentais.

Com esta preocupação nos pautamos em compreender como a Educação Indígena Escolar e, de modo particular o ensino de geografia, na escola objeto de nosso estudo, se propõe realizar o processo de ensino aprendizagem escolar respeitando e valorizando esses conhecimentos e saberes tradicionais da comunidade.

Partimos do entendimento de que a escola tem potencialidade para construir novos saberes ao mesmo tempo em que preserva a cultura e a tradição desses povos.

De acordo com Lima (2012), o processo de aculturação e segregação racial vêm desde os primórdios dos tempos, onde classificavam a cultura brasileira em três realidades raciais branca, negra e indígena. Essa mistura era classificatória e colocava em patamares diferentes cada cultura, daí começa o processo de discriminação e diferenciação, inclusive escolar.

Nesse sentido, a geografia define-se como uma área de conhecimento que possibilita a construção de uma identidade, à medida em que possibilite aos estudantes indígenas se relacionarem com o espaço vivido e se reconhecerem como indivíduos com sua cultura e suas tradições.

Nesse sentido, segundo Silva (2016, p.70).

[...] as diferentes formas de ocupar, de se relacionar com o espaço fazem com que da vida de cada povo seja produzida uma Geografia, e é levando em consideração estes fatores que os professores que trabalham em escolas indígenas devem estar preparados para atuar.

É nessa perspectiva que se firma a ideia de que o ensino de geografia tem muito a contribuir com a formação indígena, uma vez que ela proporciona não apenas a

localização física, mas também territorial e cultural e de significado para a vida dos povos indígenas.

Em outra passagem, Silva destaca que,

Ao trabalhar o lugar de vivência dos alunos, as aulas de Geografia ganham mais sentido, pois ultrapassam a teoria trazida nos livros, uma vez que pode ser associada ao convívio social e alargar as possibilidades de ensino. Aproveitar a fala e as experiências dos alunos é considerá-lo sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, não mais como um receptor de informações prontas e acabadas, mas como um sujeito que pode contribuir para a construção do conhecimento (SILVA, 2016, p.73).

Nesse trecho é possível perceber a contribuição do ensino de geografia para os índios, já que essa disciplina transcende o conteúdo e a referência curricular vigente, à medida que contextualiza e se enraíza em sua realidade cotidiana. Ele se torna sujeito do seu conhecimento e isso, cria um protagonismo que rompe paradigmas e constrói significados na vida e na aprendizagem.

Nesse sentido, o ensino de Geografia pode se constituir um veículo de garantia de resguardo da vida cultural e tradicional dos povos indígenas, que foram ao longo do tempo delineando sua cultura e essencialidade étnica.

Nessa perspectiva, Meira (2016, p. 67) entende que o professor de geografia escolar pode ministrar o conteúdo dessa disciplina, levando em consideração a organização dessas comunidades indígenas e seus conhecimentos tradicionais de modo a evitar a reprodução da ideia de que a cultura e o saber indígena são inferiores ao do homem “branco”. (MEIRA, 2016, p. 67).

Assim, o ensino de geografia possibilita aos índios reconhecerem-se culturalmente como povo étnico, considerando e valorizando sua organização própria na preservação de sua essência como povo e cultura.

Meira (2016) também salienta que

[...] a geografia enquanto disciplina escolar deve possibilitar um diálogo com os saberes que os alunos já possuem, tendo como referência as relações e contribuições dessa ciência a partir de seus conceitos (Lugar, Território, Espaço, Paisagem, Região) e conteúdos na mediação/relação/troca com os referenciais culturais dos povos indígenas. Para isso, devem estar claros para o professor os objetivos a serem atingidos ao trabalhar determinando conteúdo, isto porque não são os conteúdos que definem o ensino de Geografia, mas a leitura geográfica que o professor faz desses conteúdos (MEIRA, 2016, p. 68).

Aqui fica clara a ideia de que o professor deve assumir o papel de mediador que promove a interculturalidade, estabelecendo um diálogo com diversos saberes

trazidos pelos estudantes, para construir um conhecimento significativo e conectado com a realidade dos estudantes indígenas.

A partir do estudo de diversos textos e ideias sobre o ensino de geografia na escola indígena, é possível considerar a importância do ensino da geografia para a compreensão e preservação da cultura. O ensino de geografia como aliada ao processo de identidade cultural e étnica cria a possibilidade de relações sociais, culturais e de diálogos com outros saberes, tornando o conhecimento mais significativo, atraente e crítico.

Dentro dessa perspectiva, e que consideramos igualmente importante, há a necessidade de professores habilitados e preparados para uma prática pedagógica capaz de incluir e de dinamizar uma discussão conectada com o universo científico, sem deixar de considerar os aspectos próprios dos índios, como seus saberes sobre a terra, a ancestralidade, a religiosidade, a cultura e sua identidade como povo étnico.

Nesse sentido, o ensino de geografia tem grande relevância na formação do índio que precisa adentrar o universo contemporâneo, científico e globalizado, sem perder suas origens, suas tradições e sua cultura, considerando que os novos signos da contemporaneidade não ocultam ou negam a tradição dos povos indígenas.

Esse diálogo é essencial para possibilitar a valorização da cultura indígena. E isso é um desafio para o professor de geografia, que deve entrelaçar sua prática pedagógica entre o passado e o presente.

O capítulo seguinte discute sobre o processo histórico, social e cultural das aldeias de Nioaque, fazendo um retrato da vida e da cultura dos índios que habitam este território.

## **CAPÍTULO II: CONSIDERAÇÕES A CERCA DO PROCESSO HISTÓRICO, SOCIAL E CULTURAL DAS ALDEIAS DE NIOAQUE/MS.**

Nioaque é um município que acolhe quatro aldeias, onde existem duas etnias, os Terena e os Atikum.

Em relação ao povo terena, Souza (2009) destaca que:

Povo Terena habita os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, sendo o primeiro, o local onde a maior parte de suas aldeias estão situadas atualmente, nos municípios de Aquidauana, Miranda, Nioaque, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Anastácio, Sidrolândia e Rochedo, com uma população aproximada de 23.000 indivíduos. Durante meados do século passado e início deste, muitas foram as formas de envolvimento entre indígenas Terena e a sociedade não indígena. As instituições não indígenas, na maior parte das vezes, atuaram no sentido de integrar o Terena à sociedade nacional (SOUZA, 2009, p. 7).

Os índios terena se deslocaram para diferentes localidades brasileiras, estando atualmente em três estados (São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Chegando nessa região eles fixaram morada no município de Nioaque, estando hoje consolidados em quatro aldeias, com aproximadamente 300 famílias.

De acordo com Bittencourt (2000) os povos terena tem sua história marcada por três momentos.

O primeiro deles foi a saída do Êxiva, transpondo o rio Paraguai, e a ocupação da região do atual estado de Mato Grosso do Sul. Este período foi longo, durando muitos anos, com migrações que foram feitas em todo o decorrer do século XVIII. Foi um período em que os Terena ocuparam um território vasto, dedicando-se à agricultura e estabeleceram alianças importantes com os Guaicuru e com os portugueses. (BITRENCOURT, 2000, p. 26).

O segundo momento consiste no marco da Guerra do Paraguai, onde os índios tiveram uma participação ativa, como mostra o texto a seguir.

Em seguida, um acontecimento importante afetaria a vida dos Terena, a Guerra do Paraguai. O momento mais significativo da vida dos Terena foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esta guerra, na qual participaram muitos países - Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai envolveu também os escravos de origem africana e povos indígenas habitantes das regiões próximas ao rio Paraguai. Os Terena e Guaicuru aliaram-se aos brasileiros e lutaram para preservar seu território (BITRENCOURT, 2000, p. 26).

Ainda de acordo com o autor o terceiro momento da história do índio terena consiste no processo de luta e conquista de território, como apresenta o trecho a seguir.

[...] o terceiro momento correspondeu à delimitação das Reservas Terena, iniciado com a chegada da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas chefiadas por Rondon, e continua até o presente. Essa época, do começo deste século até os dias de hoje, é marcada por uma maior proximidade com a população branca, os purutuyé, com mudanças nos hábitos e costumes terenas. Os Terena têm sido obrigados a se submeter a trabalhos para os proprietários de terras particulares. Este momento ainda está sendo vivido pelos Terena, que estão fazendo sua história, buscando maior autonomia enquanto povo, e mais direitos como cidadãos brasileiros (BITRENCOURT, 2000, p. 26).

Em relação a etnia indígena Atikum existente no município de Nioaque, não se tem muito registro sobre sua chegada ao município, sabe-se apenas que sua origem é do sertão do estado de Pernambuco e que chegaram ao Mato Grosso do Sul na década de 1980. Foram acolhidos pelos terenas que já viviam em Nioaque. Ao longo do tempo foram casando e formando famílias com índios terenas, fortalecendo os laços de “parentesco” étnico, como assim afirmam.

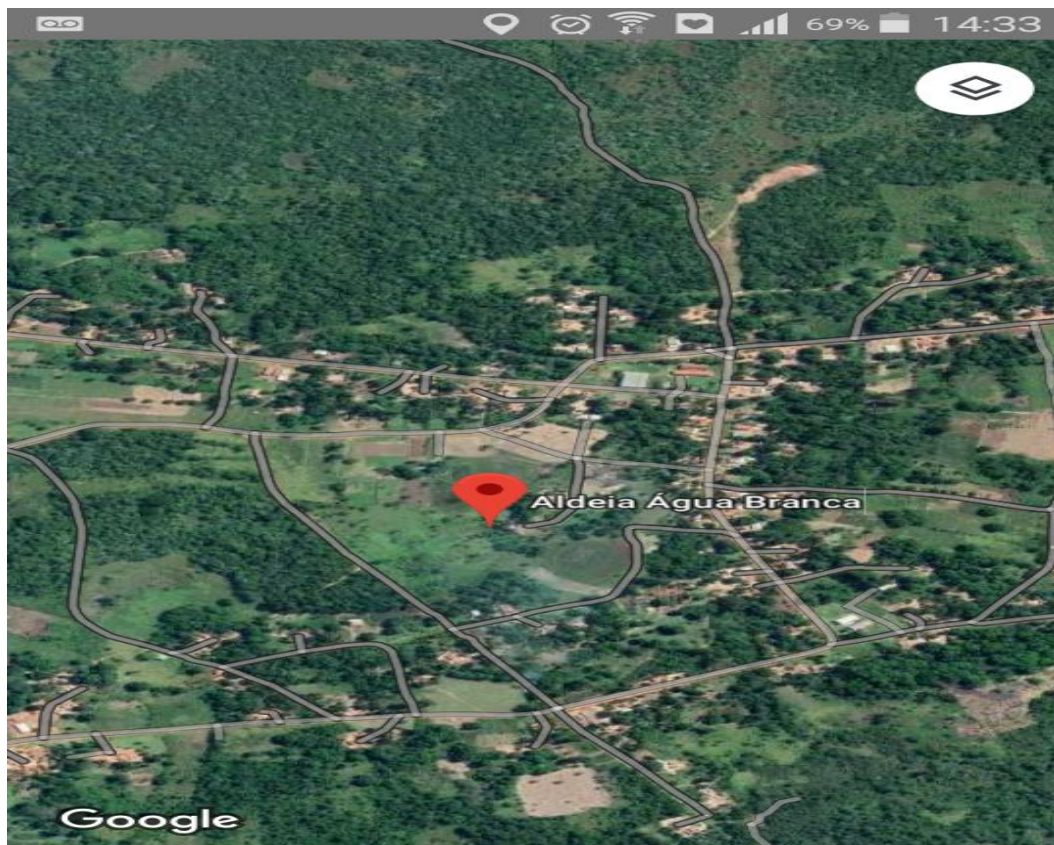
De acordo com a reportagem do Jornal Dourados Agora (19/11/2013) atualmente vive cerca de 100 Atikum na Terra Indígena de Nioaque, especificamente na Aldeia Cabeceira. O jornal destaca ainda, que estão nesse território por generosidade dos índios terena que permitem sua permanência nas terras de reserva indígena.

Ainda segundo o Jornal Dourados Agora, essa etnia não tem língua e nem religião própria, possuindo apenas traço cultural original como a aparência da pele que é negra, o cabelo mais crespo e a dança Toré, onde vestem roupas de palhas e dançam em roda.



## 2.1 Territórios Indígenas Nioaque: povo terena e Atikum (formas de sobrevivência, número de famílias, geração de emprego e renda)

Esse item aborda-se as características territoriais do povo indígena que se localiza no município de Nioaque no estado de Mato Grosso do Sul.



**Figura 1.** Foto aérea do território indígena.  
Fonte: [www.googlemapas.com.br](http://www.googlemapas.com.br), 2019.

De acordo com Miranda (2007) em Nioaque havia inicialmente dois núcleos indígenas. Um formado em 1907 pela família do “Capitão” Vitorino que se denominou Aldeia Brejão e posteriormente o outro denominado Água Branca que foi dividida em três partes, surgindo as aldeias Taboquinha e Cabeceira.

O município de Nioaque é considerado um município, que por questões geográficas e de localização, não interessa a grandes empresas e indústrias e por isso, tem sua economia baseada na agricultura familiar, no funcionalismo público e no comércio que tem pequeno e médio porte. O município é banhado pelos rios Nioaque, Urumbeva e Canindé que oferece condições favoráveis para a agricultura e pecuária.

No território indígena o solo é arenoso e pedregoso, no entanto, os índios trabalham com grande êxito no cultivo de alguns produtos, como é o caso da mandioca.

De acordo com Miranda (2007) o Território Indígena de Nioaque é composto por quatro aldeias, denominadas Brejão, Taboquinha, Água Branca e Cabeceira. Cada uma dessas tem sua liderança local, chefiada por um cacique, que é escolhido pela comunidade através de votação.

As questões relacionadas ao conjunto de aldeias são tratadas em grandes reuniões e com a presença de todas as lideranças.

Miranda destaca ainda que

[...] A aldeia é constituída por um conjunto de moradias situadas dentro de seus limites estabelecidos por certos “marcos” que somente é reconhecido pelos moradores de cada aldeia, ou seja, não estão visível ou exposto em formas de cercas ou coisas desta natureza, mas são estritamente respeitados pelos grupos agnáticos, sobre os quais são cobrados certas regras de conduta interna. (MIRANDA, 2007, p. 247)

Assim, os limites da terra Indígena de Nioaque são respeitados, conforme estabelece a regra. Mas a matéria-prima como a madeira, capim, argila, etc., é usada de forma coletiva pelos moradores das quatro comunidades. (MIRANDA, 2007, p. 247).

A partir dessas informações é possível compreender que existem duas etnias nesse território indígena, sendo uma Terena que atinge a maioria da população e se encontra estabilizada nas quatro aldeias, somando aproximadamente 1.700 pessoas. Essa etnia apresenta um nível de socialização e interação bem mais acentuada, tanto no perímetro interno quanto externo da aldeia.

A outra etnia existente é a Atikum que tem um número bem reduzido e apresentam características físicas diferente dos Terenas. Essa etnia é mais reservada e buscam viver agrupados entre si, embora, muitos deles já miscigenaram com os terenas, inclusive através de casamento, como enfatiza Miranda (2007, p. 248).

Miranda (2007) ressalta que a economia desenvolvida nas aldeias tem sua base na agricultura familiar, onde os próprios índios cultivam a terra, plantando seus alimentos. Os alimentos em sua grande maioria são grãos, como feijão e milho, além de verduras, hortaliças e mandioca.

Em termos de geração de emprego está baseada atualmente, em trabalhos autônomos na agricultura, empregados nas fazendas vizinhas, trabalhadores na zona urbana, como em mercados e no frigorífico, e alguns funcionários públicos como



professores, enfermeiros e agentes administrativos contratados pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

## **2.2 Caracterização do recorte territorial – A Aldeia Água Branca**

A Aldeia indígena Água Branca está localizada na Terra Indígena de Nioaque, no município de Nioaque. Nessa aldeia predomina o trabalho agrícola, onde os indígenas plantam diversos alimentos que servem para sua subsistência e para a complementação de sua renda, já que vendem esses produtos na cidade.

Em relação à infraestrutura a comunidade da aldeia Água Branca conta com serviços de água encanada, casas de alvenaria, centro comunitário, escola, assistência médica e odontológica (o posto de saúde se localiza na Aldeia Brejão, aproximadamente 5 quilômetros de distância), estrada cascalhada e em boas condições de uso.

Os moradores dessa aldeia confessam a fé cristã através das denominações religiosa católica e evangélica. Os pentecostais realizam cultos semanais e desenvolvem serviços voluntários na comunidade como visitas e orientações às famílias. Os católicos também têm seus encontros religiosos semanalmente e celebram datas litúrgicas e tradicionais como as festas de santos (São João, Santo Rei, Nossa Senhora Aparecida).

Essa comunidade manifesta muito interesse e motivação por festas, pois costumam fazer diversos eventos com baile que atravessa a noite e atrai pessoas de toda redondeza.

## **2.3 Histórico da Escola Gabriel Laureano**

A escola Gabriel Laureano está localizada na Aldeia Água Branca, no município de Nioaque/MS.



**Figura 2.** Fachada frontal da Escola Gabriel Laureano.  
Fonte: arquivo da autora. Registro de agosto de 2019.

A Escola Gabriel Laureano, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Nioaque/MS, conforme consta nos documentos de criação, decreto n. 099/95 e Denominação n. 015/2018. Segundo o documento citado acima, a Escola Gabriel Laureano tem sua origem de criação e denominação em anos diferentes, como mostra o texto a seguir.

Art.1º A Escola Municipal Indígena Gabriel Laureano - Pólo, localizada na Aldeia Agua Branca, possui uma extensão, denominada Extensão Leônicio Marques, localizada na Aldeia Cabeceira, na zona rural do Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art.2º A Escola Municipal Indígena Gabriel Laureano é uma instituição de direito público, mantida pela Prefeitura Municipal de Nioaque, CNPJ 03073699/0001-08 e administrada pela Secretaria Municipal de Educação nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º A Escola Municipal Indígena Gabriel Laureano – Pólo passa doravante a ser denominada de unidade escolar indígena (DECRETO DE CRIAÇÃO 099/1995 e DECRETO DE DENOMINAÇÃO 015/2018).

Por ser uma escola municipal a mesma desenvolve suas ações educativas através do currículo referencial do município de Nioaque.

A escola tem seus objetivos voltados para uma educação crítica e de qualidade que busca emancipar o ser humano como um cidadão livre e consciente.

Nessa perspectiva, a escola estudada busca, através de seus segmentos (docente, discente, administrativo, comunidade) desenvolverem uma ação educativa tendo por objetivo a construção da cidadania para os membros da comunidade.

Possui uma estrutura física simples e é carente de muitos recursos. Todavia, a gestão escolar atenta para cumprir a ação pedagógica voltada para uma educação de qualidade, norteados pelos princípios estabelecidos.

De acordo com as informações obtidas no Documento que rege a criação e a denominação da escola, a educação básica na escola Gabriel Laureano acontece por meio de ações norteadoras de cunho pedagógico, baseada nos princípios éticos, morais, civis e educacionais.

Os estudantes manifestam uma atitude politizada, pois participam ativamente dos eventos culturais e políticos da comunidade, contribuindo com seu pensamento e com o levantamento de demandas que a comunidade necessita. A escola contribui efetivamente para a formação crítica dos alunos, buscando uma educação de qualidade, de modo a proporcionar a construção de um conhecimento significativo, integrante e integral dos estudantes.

Essa realidade foi constatada através da entrevista de um aluno de 16 anos que relatou seu engajamento dizendo que contribui com sua comunidade através de serviços comunitários, de participação nas reuniões locais e na apresentação de propostas e projetos de interesse e necessidade dos jovens indígenas.

Nessa perspectiva efetiva uma ação educativa pautada na justiça, na cooperação e na formação de cidadãos críticos, conforme aponta o DECRETO DE CRIAÇÃO 099/1995 e DECRETO DE DENOMINAÇÃO 015/2018, p. 5 e 6.

De acordo com o Decreto (2018), a escola atende duas modalidades de ensino, a educação infantil e o ensino fundamental. “*Esta unidade escolar indígena oferece a educação infantil e o ensino fundamental, observando os objetivos específicos estabelecidos na legislação vigente*”. (DECRETO DE DENOMINAÇÃO 015/2018, p.5).

A escola, embora seja mantida pelo município, carece de diversos recursos físicos e de materiais pedagógicos. Em relação a sua infraestrutura, é possível verificar que as salas de aulas são simples e com poucos recursos (Figura 3).



**Figura 3.** Sala de aula.

Fonte: arquivo da autora. Registro de agosto de 2019.

É possível verificar que a estrutura da sala de aula é bem simples, onde parte dela é feita de madeira, tem pouca iluminação. No entanto, é espaçosa e arejada. Externo à sala de aula, observa-se o corredor que tem uma estrutura também simples; nesse espaço encontram-se os bebedouros com água natural, como mostra a foto a seguir.



**Figura 4.** Espaço onde fica os bebedouros e de acesso a parte externa da escola.

Fonte: arquivo da autora. Registro de agosto de 2019.



O espaço externo da escola é bem amplo e é utilizado para atividades lúdicas, recreativas e culturais da escola e da comunidade. As crianças utilizam esse espaço na hora do recreio, onde brincam e se divertem.



**Figura 5.** Foto do corredor externo que dá acesso ao pátio da escola.  
Fonte: arquivo da autora. Registro de agosto de 2019.

As aulas acontecem por meio de metodologias que buscam a interação dos estudantes durante a realização das atividades, como mostra a figura abaixo.



**Figura 6.** Foto de alunos durante a aula de geografia.  
Fonte: arquivo da autora. Registro de agosto de 2019.

Os docentes da escola são professores habilitados, em sua grande maioria como pedagogo e exercem a função docente, de acordo com o currículo e os parâmetros do município de Nioaque, como mostra o texto do Decreto (2018) em seu Artigo 20.

O corpo docente é constituído por todos os professores com nível superior, com licenciatura específica, admitindo-se para a docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a formação em nível médio, modalidade normal. (DECRETO DE DENOMINAÇÃO 015/2018, p.10).

Os professores que atuam nessa escola, em sua grande maioria são indígenas, já habilitados em áreas específicas. Apenas dois professores não são índios e se deslocam da cidade de Nioaque até a escola na Aldeia Água Branca para ministrar aulas.

### **2.3.1 A Educação indígena na Escola Gabriel Laureano e sua interculturalidade**

A interculturalidade da educação indígena na perspectiva da geografia enfrenta diversos desafios, uma vez que não se contempla nos materiais didáticos, a história crítica desses povos.

A educação indígena dialoga com diversas culturas, uma vez que socializa seus conhecimentos com outras etnias ao mesmo tempo, que vivencia a cultura dos demais povos em seu seio cultural. Embora isso aconteça de forma empírica, já que os livros didáticos nem sempre falam da verdade história indígena.

Meira (2016) aborda essa questão, destacando que os professores têm que produzir seus próprios materiais didáticos, *“não há material didático que os auxiliem, tendo que produzir o material para ser utilizado nas aulas”*. A autora destaca que apesar das reivindicações indígenas e das políticas públicas direcionadas à educação escolar indígena diferenciada, ainda se deparam com a falta de materiais adequados. (MEIRA, 2016, p. 81).

Em outra passagem, Meira (2016) faz referência à interculturalidade dos povos indígenas, chamando atenção para a ausência de sua história nos materiais didáticos.

A questão cultural dos povos indígenas é raramente mencionada nos livros didáticos da disciplina de Geografia e quando apresentada é carente de informações. Podemos verificar que até o presente momento não há material didático elaborado pela Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso do Sul disponibilizado nas escolas indígenas que abordem a população e as questões indígenas (MEIRA, 2016, p. 81).

Nesse sentido, percebemos uma distância entre o que está previsto na legislação, nos documentos e o que ocorre na prática, quando a Secretaria de Educação não disponibiliza livros e materiais didáticos que abordem a questão indígena.

Apesar disso, em sua prática pedagógica a escola Gabriel Laureano assume um papel efetivo em relação a conexões com outras formas e manifestações de conhecimento cultural, pois realiza eventos e ações que culminam em experiência de vivências e interações dentro e fora do contexto da aldeia, estabelecendo assim a interculturalidade através do diálogo com saberes diferentes, reconhecendo outras expressões culturais de índios e não índios.

#### **2.4. Educação escolar: diálogo e desafios**

A partir do que foi estudado, pode-se compreender que a educação escolar na perspectiva da educação indígena tem avançado ao longo dos tempos. No entanto, há muitos desafios para serem superados, principalmente, quando se trata da questão de retratar uma história indígena de forma crítica e contextualizada historicamente.

Dentre estes desafios se destaca a necessidade de produzir os materiais didáticos referentes à cultura indígena. Uma alternativa encontrada pelos professores para minimizar a carência dos materiais pedagógicos, tornando o ensino dessa cultura mais justa e coerente.

Nesse sentido, os professores de geografia das aldeias de Nioaque têm assumido um papel importante, pois contribuem para que os estudantes protagonizem seu processo de aprendizagem, através de ações metodológicas e estratégias que permitem construir o conhecimento. Assim, os docentes, buscam trabalhar de forma dinamizada, possibilitando aos estudantes uma visão sobre si e sua história, reconstruindo a visão histórica das aldeias em questão.

Assim, verifica-se que existe um diálogo estreito entre a interculturalidade que os índios Terena e Atikum de Nioaque vivem. Eles manifestam essa interculturalidade por meio de sua vivência harmoniosa e colaborativa tanto no âmbito social quanto produtivo, pois se ajudam nas atividades de subsistência. Essa interculturalidade se dá a partir da interação das diferenças étnicas, como menciona Silva (2016).

## 2.5. Educação escolar indígena: perspectivas e novas tecnologias

A educação atualmente tem assumido um papel mais crítico, e isso possibilita um avanço generalizado em suas práticas educativas. Nessa perspectiva a educação escolar indígena tem conseguido êxito em suas práticas educacionais, uma vez que consegue através de projetos e ações, implantar em suas aldeias as novas tecnologias educacionais.

Analisando o Documento de denominação (2018) da escola Gabriel Laureano verificamos que a mesma possui laboratório de informática, que permite uma prática pedagógica mais inovadora e dinâmica, proporcionando o enriquecimento extracurricular dos estudantes.

Art. 40. O laboratório de informática tem como finalidade o atendimento a todos os estudantes matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, objetivando o enriquecimento extracurricular. (DECRETO DE DENOMINAÇÃO 015/2018, p.08).

Esse espaço é disponível para todos os professores que através de seus planejamentos desenvolvem atividades pedagógicas, utilizando recursos tecnológicos e midiáticos. Embora nem sempre seja possível fazer pesquisas online, devido ao baixo sinal de internet, ou mesmo a falta dela, os professores utilizam como meio de realizar pesquisas off-line, trazendo para os alunos fontes e referências já selecionadas previamente.

Precisa-se entender, a partir desse contexto exposto, que existe uma diversidade de formas de trabalhar com as novas tecnologias, sem ficar preso apenas aos recursos fornecidos pelos sistemas educativos. Outras práticas pedagógicas, como interpretações de textos e realidades, contextualizações a partir das múltiplas leituras do contexto, podem contribuir para a inovação das aulas, construindo um conhecimento mais significativo para os estudantes.

De acordo com Almeida e Passini (1994) o ensino de geografia oferece um espaço de representação, pois possibilita que o estudante vá além do que está escrito ou descrito no livro didático.

A representação simbólica que a geografia oportuniza é o que faz a construção do conhecimento ser mais dinâmico, efetivo e significativo. Por conta disso, os estudantes conseguem estabelecer relações e conexões com o saber, transitando por outras áreas e fontes de conhecimento.



Essa questão é bem perceptível nos estudantes da escola Gabriel Laureano, pois através de suas produções (texto, desenho, cartazes, maquetes) evidenciam um domínio de conhecimento que perpassa o ensino específico de geografia.

Assim, cabe ressaltar que a escola deve ser um espaço aberto e consolidado para a discussão, o debate e o reconhecimento de indígenas para que assim, possam estabelecer relações contextualizadas e um conhecimento sistemático para formar cidadãos capazes de compreender e reconhecer a cultura do outro e, principalmente para que culturas étnicas se encontrem nesse processo de ser diferente sem estar diferenciado, quer dizer, ser o outro, sem desmerecer o outro.

Compreender o cenário da atualidade que vem exigindo não apenas dos setores educacionais, mas da sociedade como um todo, posturas mais firmes e mudanças de mentalidades sobre questões culturais e étnicas, requer conceber o índio no século XXI como um agente de transformação, um intelectual orgânico que se prepara para dar respostas consolidadas e pertinentes para si e para a sociedade que muitas vezes, relaciona-se preconceituosamente por ignorância e desconhecimento dos saberes e valores culturais.

O índio contemporâneo assume um papel central e de extrema importância no diálogo e no debate em que mostra ao mundo sua essencialidade, capacidade e habilidades de interagir em um contexto globalizado, neoliberal e tecnológico sem deixar sua cultura e suas raízes. Sendo diferente, sem ser discriminado perante os demais. Eis aí a grande questão para pensar, ensinar e viver.

### **CAPÍTULO III: ANALISANDO AS INFORMAÇÕES OBTIDAS POR MEIO DA PESQUISA DE CAMPO: O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL GABRIEL LAUREANO**

Considerando todo o exposto sobre o recorte histórico da Escola Municipal Gabriel Laureano, este capítulo discorre sobre o resultado da entrevista realizada com alunos e moradores da comunidade indígena Água Branca sobre indagações a respeito do ensino de geografia na escola e sua relevância na formação dos estudantes dessa comunidade, fazendo reflexão sobre as competências curriculares e as conexões culturais como prática e habilidades em sala de aula.

Durante a pesquisa de campo foram entrevistados seis estudantes que cursam a etapa do ensino fundamental II, 6º ao 9º ano e quinze pais de alunos que estudam no ensino fundamental II. Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas apenas com os estudantes e moradores (pais de estudantes) da aldeia Água Branca, utilizando assim a metodologia de amostragem.

Por meio da aplicação dos questionários com os estudantes, pudemos perceber que suas respostas eram curtas e objetivas, sem maiores elaborações. As entrevistas realizadas com alguns pais de alunos da escola Gabriel Laureano apontam que há certo desinteresse dos estudantes, principalmente dos jovens em relação a esse resgate da cultura indígena. Outro aspecto ressaltado pelos pais se refere aos projetos que são desenvolvidos na Escola.

Os entrevistados ressaltaram a importância dos mesmos e alegaram que estes devem fazer parte do cotidiano da escola e, não somente em datas comemorativas como a semana indígena. São poucos os projetos que incentivem a valorização e o resgate da cultura indígena.

Os pais destacaram ainda a importância do resgate da língua materna na escola e no cotidiano da comunidade, devendo haver ações e projetos que possibilitem isto.

Nessa perspectiva, o ensino de geografia pode trazer contribuições significativas na educação indígena, uma vez que retoma a discussão acerca das questões específicas dos indígenas, como por exemplo, o estudo e o conhecimento sobre o solo, as condições climáticas para o plantio e a vivência da tradição e a cultura,

resgatando valores e hábitos que estão esquecidos, como reclamam os pais ao responderem que os jovens da aldeia não demonstram interesse na própria cultura.

### **3.1. Uma Breve Análise Acerca da Percepção dos Estudantes Indígenas Sobre o Ensino de Geografia**

Por questão metodológica, a primeira parte será discorrida sobre a análise dos resultados da entrevista com os estudantes e em sequência com o resultado da entrevista com os moradores da comunidade.

De acordo com 90% dos alunos entrevistados, o ensino de geografia na escola municipal Gabriel Laureano desenvolve a construção do saber na área de geografia, no entanto, esperam que esse saber aconteça de modo inovador. Entendemos por inovador, a inclusão de projetos, de aulas práticas e pesquisas de campo, utilizando recursos tecnológicos que contribuam não apenas para uma aula dinâmica e motivadora, mas também para uma aprendizagem significativa e voltada para sua realidade local, como é o caso do solo, pois em suas entrevistas os moradores destacam que não plantam mais na aldeia devido ao enfraquecimento do solo.

Outra percepção dos estudantes em relação ao ensino de geografia é a ausência de uma prática pedagógica que lhes ofereçam atividades estratégicas e ações capazes de fomentar a provocação da busca por conhecimentos significativos e integradores da cultura indígena e não indígena. O que se pode compreender desse pensamento é que os estudantes querem professores que ministrem suas aulas de forma dinâmica, levando-os a fazer experiências concretas relacionando a teoria com a prática, como por exemplo, eles preferem que as aulas de geografia aconteçam no campo de plantio, onde eles possam perceber as condições do solo, identificar as características desse solo, como plantar, o que plantar como lidar com a terra, de modo a possibilitar melhorias nas condições de vida das famílias. Como também esperam aulas interativas entre culturas indígenas e não indígenas, para que possam aprender através da convivência, os valores culturais de diferentes povos.

Os estudantes apontam que a geografia é uma disciplina relevante na escola e proporciona atividades dinâmicas, motivadoras e curiosas, como é o caso das celebrações comemorativas do dia do índio, do dia da consciência negra, da participação em seminários internos sobre manejo do solo, da participação na construção e cuidado

da horta na escolar; através dessas ações, eles aprendem sobre aspectos físicos e humanos da geografia, sempre tendo a teoria como parte determinante de estudo.

Nas entrevistas com os moradores, inclusive pais dos estudantes, eles destacaram que a comunidade não produz mais seu próprio alimento, por falta de terra e enfraquecimento dos solos, sendo um dos motivos que os jovens de hoje não sabem como lidar com a terra e não conhecem esses alimentos que eram cultivados como, por exemplo, o maxixe, o que propicia um desinteresse no resgate dessa cultura.

Por conta disso, cerca de 48% dos entrevistados apontam como desafio a inclusão de aulas de campo na disciplina de geografia, pois reconhecem que realizar ações práticas trazem melhores resultados na construção do conhecimento integral.

Outra reivindicação dos alunos foi sobre o ensino da língua terena, destacando a importância de realizar mais projetos que incentivem a aprendizagem da língua terena, buscando o resgate e a valorização da cultura. Ressalta-se que na escola há projetos relacionados ao ensino e a prática da língua materna, como por exemplo, oficina de leitura de textos na língua materna, produção de textos, desenhos e cartazes sobre a cultura indígena. No entanto, os estudantes entrevistados chamam atenção para a efetivação de mais projetos e que esses projetos sejam realizados de forma interdisciplinar, ou seja, desenvolvidos com a participação de todas as disciplinas.

Avaliando a prática pedagógica dos professores, os estudantes destacam a importância de metodologia mediadora e inovadora dos docentes, que consistem em uma prática pedagógica desenvolvida através dos projetos interdisciplinares, no diálogo com outras disciplinas, além de sua aplicação no contexto real da comunidade.

Tendo uma visão mais social e amadurecida frente a sua comunidade, os estudantes apontam que os grandes desafios e dificuldades da comunidade estão relacionados à precariedade do atendimento na área da saúde e a falta de investimento com recursos tecnológicos na educação. A partir dessa constatação é possível verificar que os entrevistados apresentam uma visão consciente sobre as demandas existentes na comunidade e que reclamam melhores condições de vida que perpassa pela educação e a saúde, por exemplo.

Cerca de 89% dos estudantes entrevistados reconhecem que a participação do homem “branco” dentro da comunidade indígena traz grandes contribuições, pois compartilham saberes e conhecimentos que somam na aprendizagem dos estudantes e

da comunidade como um todo. O professor não índio que atua na escola indígena é contratado mediante a falta de professor índio habilitado para determinada área de ensino, no entanto, esse professor entra no território indígena apenas para ministrar aulas e não para morar.

### **3.2. O Ensino de Geografia na Escola Municipal Gabriel Laureano sob a Percepção da Comunidade**

Já as entrevistas com aplicação de questionário junto aos moradores tiveram como objetivo indagar sobre suas perspectivas a respeito da educação indígena, a forma com que o ensino de geografia pode contribuir na formação de seres pensantes e como os indígenas reconhecem o papel transformador da educação.

Analisando o questionário aplicado aos moradores da comunidade verificamos que há uma proximidade com as respostas dos estudantes, principalmente nos quesitos relacionados às dificuldades e desafios da comunidade e a importância da educação na preservação da cultura indígena.

As entrevistas foram realizadas com 15 moradores que estão na faixa etária entre 25 a 65 anos e que moram na aldeia há muito tempo ou até mesmo nasceram nessa localidade.

Fazendo um recorte histórico, os entrevistados salientam que a conquista pelo território e emancipação como etnia indígena se deu aproximadamente no ano de 1904 quando alguns índios que moravam e trabalhavam nas fazendas próximas se organizam e fundam a aldeia no município de Nioaque, buscando viverem em comunidades tribais.

Outro dado relevante, apontado nas entrevistas foi sobre a divisão das aldeias que ocorreu em 1914, onde os terenas se reorganizam em quatro aldeias, sendo Taboquinha, Cabeceira, Água Branca e Brejão. Além da etnia terena, atualmente vive-se nessas aldeias alguns índios da etnia Kinikinau.

Reforçando os aspectos da saúde e da falta de investimentos tecnológicos na área da educação, já apontado pelos estudantes, os moradores ressaltam a carência na área da agricultura, chamando atenção para a falta de recursos e apoio governamental para o plantio dos diversos produtos cultivados pelos índios.

Sobre a importância do ensino da língua materna na aldeia, um dos entrevistados diz:

Conscientização da comunidade sobre a importância do tempo na escola. Manter a semana indígena para a maior valorização da cultura, língua e religião. Poderia implantar mais aulas sobre a cultura indígenas, já que os alunos em maioria não conhecem muito (MIRANDA – INFORMAÇÃO VERBAL):

Nesse sentido é possível compreender que a comunidade sente a carência da prática da língua materna, como expressão cultural e como estratégia e mecanismo de conservação da tradição terena. E por conta disso, ressalta a importância de eventos e ações que promovam a prática e o aprendizado da língua.

Os entrevistados apontam que os alunos se interessam e interagem com a cultura local demonstrando habilidades e competências para a aprendizagem tanto da língua quanto da prática cultural. Porém, alguns entrevistados chamam a atenção para o fato de que o acesso à tecnologia e virtualidade gera nos estudantes certa desmotivação pela cultura específica, pois não têm maturidade para adentrar o universo externo, sem perder a identidade com sua origem e cultura.

Outro entrevistado aponta que a prática da língua materna é essencial para preservar e manter a tradição, enfatizando que *“Exercer a fala, cultural (práticas do passado). Os índios mantem a tradição da lua para o plantio. A integração seria fundamental para preservar a cultura indígena”* (COTÓCIO, INFORMAÇÃO VERBAL):

Como aponta o entrevistado acima, o ensino de geografia pode trazer relevantes contribuições para a comunidade, pois favorece uma interlocução entre o passado e o presente, o que suscita nos estudantes a consciência e o interesse pela sua cultura, principalmente no que diz respeito ao plantio, já que se trata de uma atividade de subsistência dos indígenas.

A influência do homem branco dentro da escola era mais forte. Hoje em dia os professores são em maioria indígenas e há uma discussão sobre a preservação dos rios, solos e etc.

As novas tecnologias têm proporcionado coisas boas e ruins para a comunidade. Em relação aos aspectos positivos destaca-se a comunicação mais ampla e rápida entre os moradores locais e outros povos indígenas da região e do país, a informação sobre notícias, interação cultural e assuntos gerais, o acesso à pesquisa online e virtual. Já em relação aos aspectos negativos, destacam-se as inúmeras

informações que nem sempre são processadas e discutidas corretamente com os estudantes, tais como a interferência dominante de culturas não indígenas.

Precisa-se entender que essa tecnologia é de acesso também nas aldeias, pois os índios vivem muito próximos da cidade e essas duas realidades (aldeia e cidade) se relacionam de forma estreita. Nesse sentido, a tecnologia chega na aldeia através de planos de celulares e torre de internet, pois as escolas já possuem internet por meio de pontos de acesso móveis. Ela influencia de forma positiva, uma vez que a escola e os estudantes utilizam esse recurso na construção do conhecimento, através de pesquisas online.

Percebe-se, através das entrevistas, que hoje a comunidade indígena está bem mais organizada, buscam se unir para garantir os seus direitos. Esses direitos estão ligados às questões da saúde, educação e economia de subsistência.

### **3.3. Reflexão sobre as competências curriculares.**

De acordo com Bento e Mendonça (2016) as competências curriculares atualmente são entendidas como:

A reorganização curricular ocorrida em 2001 (DECRETO LEI nº 6/2001 de 18 de Janeiro) introduz algumas novidades em relação às competências a adquirir pelos alunos. Por um lado, elenca as competências transversais a adquirir na área da cidadania e, por outro, cria as áreas curriculares não disciplinares nas quais se objetiva desenvolver nos alunos determinadas competências transversais a todas as disciplinas (BENTO, MENDONÇA, 2016, p. 2).

Nesse sentido, é compreensível que toda reflexão sobre as competências e curriculares precisa passar pelo crivo da regulamentação e atualização, onde se estabelece que essa dimensão atenda de forma efetiva o processo de aprendizagem do estudante, compreendendo-o de forma integral e integrante.

Esse item se relaciona com o ensino de geografia, uma vez que vem ao encontro da percepção apontada nas entrevistas, referente às práticas pedagógicas mais inovadoras e dinâmicas, como é o caso das aulas práticas e das atividades de interação índio com índio e índio com não índio.

Com base nessa relação destaca-se a proposta do novo documento educacional que será implantado até 2020, denominado Base Nacional Curricular Comum – BNCC.

É preciso ressaltar que a Base Nacional Curricular Comum tem alavancado de forma contundente esse aspecto ao enfatizar que a educação de qualidade e significativa, perpassa por questões integrantes e integradoras dos alunos, através da consideração de seu contexto social, afetivo, psicológico, cognitivo, entre outros fatores que podem influenciar no processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva é possível verificar a dimensão que a BNCC gera na compreensão da educação infantil, permitindo entender que essa fase de escolarização é fundamental para a formação da pessoa humana em sua integridade como ser de habilidades e competências. Isso fica claro no trecho que se apresenta a seguir.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 04).

A BNCC apresenta uma educação crítica, calcada na vivência dos alunos que constroem o conhecimento de forma significativa para si, dando respostas coerentes e convergentes com a dimensão social e humana. A educação provocadora é aquela que motiva, que problematiza e que provoca o aluno a ir em busca de respostas, e isso é o que dá significado e sentido para uma aprendizagem contextualizada.

A partir dessa constatação é possível relacionar o ensino de geografia com essa proposta, pois essas duas realidades (competências curriculares e ensino de geografia) se convergem no plano de ensino que se atenta para efetivar a educação a partir do que é significativo para o estudante.

### **3.4. Conexões culturais, práticas e habilidades em sala de aula.**

A partir de todos os pressupostos já elencados e analisados ao longo desse trabalho, principalmente no que se referente especificamente ao ensino de geografia na educação escolar indígena, retratar o tema sobre as conexões culturais, práticas e habilidades em sala de aula, é essencialmente abordar a prática metodológica do



professor, que busca meios alternativos e estratégias efetivas para driblar os desafios e proporcionar a construção de um saber significativo, integral e integrante.

Diante disso, podemos destacar que a educação indígena na escola Gabriel Laureano tem muita relação com o tema discorrido nesse item, pois pensar o ensino de geografia a partir de práticas educativas e pedagógicas que proporciona significado aos estudantes é essencialmente estabelecer conexão com práticas culturais que efetivam a valorização e a preservação da tradição terena.

Por meio da análise das entrevistas, percebemos que para o índio a educação deve acontecer na vida e para a vida. Seu significado deve transcender o conhecimento sistêmico e condicionado a currículos e teorias desvinculadas com a realidade dos educandos.

Nessa perspectiva é relevante pensar sobre a prática e habilidade em sala de aula, que acontece através de ações pedagógicas e metodológicas de professores que conhecem e compreendem as demandas existentes na comunidade e fazem de suas aulas um espaço de construir o conhecimento de forma efetivo e relacionado à realidade de seus alunos.

A discussão desse item possibilita compreender que a interação cultural entre diferentes realidades possa contribuir com uma formação mais completa do estudante. Nesse sentido, o ensino de geografia pode contribuir efetivamente com essa construção, uma vez que proporciona aos alunos compreender a sua realidade, reconhecer-se como indivíduo étnico e cultural ao mesmo tempo em que reconhece o outro e sua cultura, fazendo conexões capazes de construir novo saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse trabalho focando o tema sobre o ensino de geografia na escola Gabriel Laureano, na Aldeia Água Branca no município de Nioaque/MS, a partir da perspectiva da educação como viés para a valorização, preservação e vivência da cultura indígena pudemos constatar que a educação indígena na escola analisada tem diversos aspectos positivos e outros que precisam ser discutidos e melhorados, como aponta o resultado das entrevistas.

A pesquisa pautou em um embasamento teórico que forneceu subsídio para pensar os fundamentos e conceitos sobre a educação indígena, o processo histórico, social e cultural das aldeias do município de Nioaque, constatando sua história marcada por avanços, desafios e perspectivas de melhorias.

Através da coleta de dados, feita por meio das entrevistas aplicadas aos alunos e moradores da comunidade, foi possível verificar que ambos os segmentos têm consciência da realidade da comunidade, seus desafios, dificuldades e suas perspectivas frente à educação e organização social e política.

Foi retratada a necessidade de efetivar e investir em projetos, ações e a práticas que mobilizem a comunidade escolar sobre a importância de consolidar uma educação voltada para as questões indígenas e a partir desse contexto, estabelecer relações e conexões com outras culturas, fomentando a interculturalidade e a integridade com o não índio.

Assim, entendemos a necessidade de atentar-se para o fato de que a educação é um direito e, como tal não pode mais limitar-se ao conhecimento estritamente científico e cognitivo. Faz-se fundamental o olhar sobre a realidade e o espaço de vivência dos estudantes. O entendimento de seu contexto social, compreender suas necessidades e a partir disso direcionar práticas pedagógicas que promovam a construção de um saber que tenha significado, que corresponda às suas expectativas e, que deem respostas coerentes e acertadas para suas inquietações como pessoa em processo de formação.

Portanto, o ensino de geografia na escola Gabriel Laureano, deve considerar a vida dos estudantes e sua condição dentro da comunidade e a partir dessa constatação, propor ações pedagógicas que permitam a construção do conhecimento de forma que seja aplicado no cotidiano de suas vidas.

Enfim, a presente pesquisa pode contribuir com o ensino de Geografia na escola Gabriel Laureano, evidenciando o resultado das entrevistas de modo a indicar caminhos para a melhoria do ensino de Geografia e a efetivação de uma educação que atenda às expectativas de estudantes e pais da aldeia Água Branca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, E. Y. **O Espaço Geográfico: ensino e representação**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BENTO, Antônio V; MENDONÇA, Alice M. **Competências Curriculares Transversais (e Competências de Liderança) no ensino secundário: As Vozes dos alunos**. Universidade da Madeira, 2016.

BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. **Coletânea sobre as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, FUNASA, 2009.

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. MEC. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria. **A história do povo Terena**. Brasília; MEC, 2000.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 95, p. 495-520, 2006.

GONÇALVES, Daniele Lorenço. **O Território Etnoeducacional Povos do Pantanal e sua relação com a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Angelina Vicente na Aldeia Brejão, Nioaque/MS**. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados/MS, 2018.

LIMA, Salvadora. **Concepções de natureza e território na visão dos professores guarani da escola indígena de Dourados/MS**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Goiás. Universidade Federal de Goiás.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, Brasília: 2006. Disponível também em: <http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/>. Acesso em outubro de 2019.

Jornal Dourados Agora. 2013. **Acordo destina 251 hectares para indígenas Atikum em Nioaque**. Disponível em: <http://douradosagora.com.br/cidades>. Acesso em novembro de 2019.

MEIRA, Francieli de Oliveira. **O ensino de geografia nas escolas indígenas de Nioaque/MS**. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados/MS, 2016.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos.** Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande-MS, 2007.

NIOAQUE, Prefeitura Municipal. DECRETO DE CRIAÇÃO 099/1995 e DECRETO DE DENOMINAÇÃO 015/2018.

SILVA, Danielli Manfré. **O ensino de geografia na educação escolar indígena: reflexões com base na escola municipal indígena Nãdejara Pólo em Caarapó/MS.** Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados/MS, 2016.

SOUZA, Teodora. **Educação escolar indígena e as políticas públicas no município de Dourados (MS).** 2009. 216 p. Dissertação (mestrado em educação). Campo Grande. Universidade Católica Dom Bosco.

## ANEXOS



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE DE JARDIM – MS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA (SUGESTÃO DE PERGUNTAS)**

1. Quanto tempo você mora na aldeia? Quantas pessoas compõem a sua família? Como foi a chegada dos primeiros índios aqui na aldeia?
2. Quais são as principais dificuldades encontradas na aldeia em relação a sua geografia, política, educação?
3. A educação na aldeia contribui com a preservação, cultivo e valorização da cultura indígena?
4. Porque essa escola recebeu o nome escola Municipal Indígena Gabriel Laureano?
5. Qual é a importância de estudar geografia para você? Como você avalia esse estudo na escola Municipal Indígena Gabriel Laureano?
6. Você considera que a sua comunidade mantém viva a tradição de seus antepassados (língua, religião, cultura)?  
( ) sim, plenamente      ( ) sim, parcialmente      ( ) não.
7. Quais práticas considera importante implantar e manter na escola para resgatar e preservar a cultura indígena (língua materna, religião e cultura)?
8. Quais atividades são realizadas na escola que promove a cultura tradicional dos indígenas?
9. Os estudantes de hoje demonstram interesse, motivação e resistência no resgate, valorização e preservação da cultura?  
( ) sim, grande maioria      ( ) sim, alguns      ( ) não demonstram
10. Que práticas educacionais você considera essencial para preservar a cultura de sua etnia?
11. O ensino de geografia na escola Municipal Indígena Gabriel Laureano proporciona um aprendizado específico da etnia local?
12. Como você avalia a conjuntura atual de professores, alunos, novas tecnologias e influência externa do “homem branco”, em relação à análise do ensino da geografia dentro desta escola?

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 05/11/19.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE DE JARDIM – MS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA (SUGESTÃO DE PERGUNTAS) ALUNOS**

Nome:

Idade:

Grau de escolaridade:

1. Há quanto tempo você mora na aldeia?
2. Quantas pessoas compõem a sua família?
3. Como foi a chegada dos primeiros índios aqui na aldeia?
4. Quais são as principais dificuldades encontradas na aldeia?
5. A educação na aldeia contribui com a preservação, cultivo e valorização da cultura indígena?
6. Qual é a importância de estudar geografia para você?
7. Como você avalia esse estudo na escola Municipal Indígena Gabriel Laureano?
8. Você considera que a sua comunidade mantém viva a tradição de seus antepassados (língua, religião, cultura)?  
 sim, plenamente       sim, parcialmente       não.
9. Quais práticas considera importante implantar e manter na escola para resgatar e preservar a cultura indígena (língua materna, religião e cultura)?
10. Quais atividades são realizadas na escola que promove a cultura tradicional dos indígenas?
11. Os estudantes de hoje demonstram interesse, motivação e resistência no resgate, valorização e preservação da cultura indígena?  
 sim, grande maioria       sim, alguns       não demonstram
12. Que práticas educacionais você considera essencial para preservar a cultura de sua etnia?
13. O ensino de geografia na escola Municipal Indígena Gabriel Laureano proporciona um aprendizado específico da etnia local?
14. Como você avalia a conjuntura atual de professores, alunos, novas tecnologias e influência externa do “homem branco” em relação ao ensino da geografia dentro desta escola?

2. Entrevista realizada em 05/11/19.